
118ª SESSÃO ORDINÁRIA 28NOV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras; nós gostaríamos de fazer um pronunciamento para falar da gravidade da situação por que passam os trabalhadores demitidos pela Webjet. Na sexta-feira, 23 de novembro, foi anunciada a demissão de 850 trabalhadores e a extinção da empresa Webjet. Nossa solidariedade aos trabalhadores neste momento grave, véspera de Natal; 300 trabalhadores gaúchos que foram demitidos sumariamente, aliás, demissão em massa, o que é proibido pelo Tribunal Superior do Trabalho, pois é evidente que nesses casos tem que haver negociação prévia entre empresa e trabalhadores, o que não aconteceu. Os trabalhadores, a sociedade, o Sindicato foram pegos de surpresa com essa demissão às vésperas do final do ano. Mas o pior dessa situação grave não é isso! O pior é que, recentemente, a segunda maior empresa da aviação aérea brasileira, a Gol, comprou a Webjet, e comprou a Webjet tendo autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. É evidente que a GOL comprou a Webjet pretendendo demitir esses trabalhadores e extirpar a concorrência. No dia 10 de outubro, foi liberado o negócio pelo CADE; e agora, 23 de novembro, 850 trabalhadores são demitidos. Então, a pergunta do PSOL é como pode o Governo Federal autorizar a aquisição da Webjet pela GOL sem que haja, pelos órgãos competentes, a obrigação de não haver demissões. Aliás, como pode deixar que esta empresa, a GOL, adquira os *slots*, as autorizações de horário de pouso e decolagem em cada aeroporto, fique com a carteira de clientes da Webjet, com os horários de voos e, na prática, extinga a empresa? Na verdade, nós estamos vendo as tendências do capitalismo: a centralização e a concentração de capitais formando um verdadeiro duopólio entre GOL e TAM.

Então, além de debater a gravidade da situação de 850 pessoas demitidas em massa, nós estamos debatendo, Ver. Pedro Ruas, também a situação da população brasileira. A GOL já anunciou que vai aumentar a tarifa agora, no último trimestre do ano, quando as

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

peças viajam para ver a família no Natal e Ano-Novo; a GOL já anunciou que vai reduzir os horários de voos no primeiro semestre de 2013; a GOL já anunciou que vai aumentar o preço da passagem aérea para os brasileiros. Na verdade, o Governo, de maneira irresponsável, autorizou essa aquisição, que resultou em 850 demissões, na piora da qualidade da aviação para a população brasileira e no aumento do valor das passagens aéreas.

Nós – eu, a nossa Presidente municipal, Luciana Genro; o Roberto Robaina – estivemos na Marcha dos Trabalhadores, um ato realizado, na segunda-feira, no aeroporto Santos Dumont. No Rio de Janeiro teve protestos; os trabalhadores estão se mobilizando para cobrar a responsabilidade do Governo Federal. Dizem que a cumplicidade é o silêncio. Se o Governo Dilma seguir em silêncio, será cúmplice de uma ação, de um negócio em que pagam todos: sociedade, trabalhadores, aviação civil brasileira; só ganha o monopólio da GOL. Nós exigimos que o Governo tome providências. Não aceitaremos que os trabalhadores – pilotos, comissários de bordo, mecânicos, trabalhadores da manutenção da Webjet – sejam tratados como trabalhadores descartados, demitidos em massa, contrariando o Tribunal Superior do Trabalho; e, ao mesmo tempo, não aceitaremos que o povo brasileiro pague a conta do aumento das passagens aéreas. É necessário que haja a readmissão desses trabalhadores e que o CADE, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, pare de ser um conselho de defesa do empresariado e que, de fato, defenda o povo e os trabalhadores deste País.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos visitam no dia de hoje; venho, em nome da minha Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer uma posição e uma afirmação a respeito de um tema sobre o qual Porto Alegre precisa urgentemente se debruçar, que é o tema da tecnologia, e, dentro desse campo, prioritariamente a área da Tecnologia da Informação e Comunicação. Ontem à tarde, esta Casa, sob a liderança do Ver. João Antonio Dib, realizou um belo debate sobre o Projeto

pág. 2

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

de Lei das Repots que tramita nesta Casa. Nós chegamos à conclusão de que, em Porto Alegre, estamos atrasados nesse debate se compararmos ao cenário mundial, à evolução que tem tido a Tecnologia da Informação e da Comunicação, e o papel dos Municípios nesse contexto. O Ver. Newton Braga apresentou ontem o exemplo de Londres, o resgate de toda a região leste de Londres em função do avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação. Nós tivemos a oportunidade de apresentar o avanço que teve a cidade de Recife, Capital de Pernambuco, que instalou um polo de desenvolvimento tecnológico da informação e comunicação. Hoje há lá instaladas mais de 200 empresas que já geram mais de um bilhão por ano para a economia pernambucana e de Recife, que já desenvolveram tecnologias como a da mobilidade urbana, que é empregada hoje no sistema ciclovitário do Rio de Janeiro, como têm desenvolvido muitas outras.

Nós analisamos esse tema da evolução tecnológica que foi provocado aqui nesta Casa pelo Projeto das Repots, e estamos aqui para dizer que ele, por si só, é insuficiente para fazer com que esse avanço aconteça em Porto Alegre, e para que Porto Alegre adquira um papel no contexto nacional e no contexto mundial.

Tivemos um consenso ali: a história da mancha apresentada no Projeto, nós precisamos tirar a mancha e dizer que toda a Cidade tem esse potencial. No nosso ponto de vista, ainda é insuficiente o debate sobre o incentivo fiscal; no nosso ponto de vista, ainda é insuficiente a questão dos incentivos para que possamos não só atrair empresas, mas para que tenhamos uma política principalmente para absorver os recursos humanos formados hoje em Porto Alegre. Porque, se nós temos a UFRGS, se nós temos o Tecnopuc e mesmo o Vale dos Sinos, que formam hoje recursos humanos de grande capacidade, nós precisamos fazer com que esse Projeto da evolução da tecnologia possa atrair e absorver esses jovens para que eles fiquem aqui no território de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, gerando e desenvolvendo tecnologia, para que possamos exportar não recursos humanos qualificados, e sim tecnologia com valor e inteligência agregados. Então, venho aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, externar a nossa posição, a nossa opinião de que nós precisamos continuar, além do debate das Repots... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Engenheiro Comassetto.

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Prezado Presidente, gostaríamos de comunicar, com pesar, o falecimento do Irmão José Ignácio Reckziegel, chamado de Emilião. Trabalhou 40 anos no Colégio das Dores, em inúmeras ordens, colégio lá de Cerro Largo, Candelária; um Irmão lassalista, com quase 60 anos vocacionado, que veio hoje a falecer. Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; trago aqui um tema extremamente relevante, que motivou a Tribuna Popular de segunda-feira nesta Casa, quando recebemos a comunidade da nossa querida Zona Sul com uma manifestação sobre a questão da construção de um equipamento da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo naquela região. Conversamos demoradamente com a comissão no final, na saída daquela Tribuna, no sentido de podermos, de fato, abrir um canal de diálogo, pelo qual não apenas a comunidade se manifeste – e é legítimo que a comunidade se manifeste e coloque todas as questões acerca desta construção naquela área –, mas que também possa ouvir o Governo do Estado e a própria Prefeitura Municipal sobre todo o projeto da Zona Sul, especialmente daquela área destinada à construção da Fundação; não apenas à construção da Fundação, mas toda a situação referente àquelas 500 famílias que moram naquela área. Há todo um equipamento que precisa ser construído para toda a nossa Região Sul/Centro-Sul da cidade de Porto Alegre. Parece que avançamos quando a comunidade vem a esta Casa, coloca as suas dúvidas, as suas questões, as suas angústias e é acolhida pelo Parlamento, pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa, no sentido de que possamos construir um diálogo e, mais do que isso, buscar objetivamente os recursos necessários para a implantação daquela casa, mas também para dar conta de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

toda a demanda daquela comunidade. São 500 famílias, que vivem numa área irregular, que têm água e luz clandestinas. Nós precisamos de um grande esforço também da Prefeitura Municipal para estar junto neste projeto. São mais de 900 adolescentes infratores nas unidades da FASE no Estado do Rio Grande do Sul. Só na Região Sul/Centro-Sul, Ver. Pedro Ruas, são 108 adolescentes que estão privados de liberdade, cumprindo medida de internação, neste momento, na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

Porto Alegre tem que resolver este problema, tem que resolver a questão do atendimento adequado dentro da diretriz nacional do Sinase para adolescentes infratores na nossa Cidade. Ou seja, são os nossos jovens, os nossos guris, são os nossos meninos e meninas, que são da cidade de Porto Alegre, que precisam do atendimento adequado para que não haja, de fato, a reincidência e o retorno ao ato infracional. Hoje, nas atuais condições, nós temos em torno de 9% de reincidentes, adolescentes infratores na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. Imaginem quando tivermos todos os adolescentes nas escolas, todos os adolescentes cumprindo a medida e tendo a possibilidade de ter cursos profissionalizantes, de aprender algo para saírem daquela condição de internação e poderem voltar aos seus lares, às suas comunidades, ressocializados, trabalhando com dignidade por uma vida melhor para todos nas comunidades. É dessa forma que nós temos que tratar e ver essa construção da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo lá na região de Belém. Mas, mais do que isso, temos de fazer um grande esforço; por isso a Comissão está interagindo junto à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Iremos também ao Prefeito Municipal para construirmos a possibilidade da regularização daquela área para as 500 famílias que lá vivem e que precisam de água, luz, escola, transporte; enfim, todas as condições necessárias para a cidadania, para que possamos cumprir a medida, para a qual temos recursos do Sinase. São mais de R\$ 5 milhões destinados àquela obra. Precisamos, sim, abrir esse diálogo, e a disposição é esta: resolver o problema do reassentamento das 500 famílias. Obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Solicito a abertura do painel eletrônico, para verificação de quórum, para entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum para a Ordem do Dia.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro. Nós fizemos um acordo na segunda-feira, e eu sou do tempo em que, quando os acordos eram firmados, eram cumpridos. Nós fizemos uma reunião extraordinária que envolveu duas Comissões ontem: uma foi a Comissão presidida pelo Ver. João Dib, quando poucos Vereadores compareceram, embora o assunto seja dos mais importante para o futuro da Cidade, que são as Regiões de Potencial Tecnológico. A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu Líder, subiu à tribuna para dizer que tinha dado acordo e fez um discursório todo, e os Vereadores presentes não dão presença?! Eu quero registrar a minha mais profunda indignação com isso, porque não é sério, não é justo com a Cidade. Muito obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher, Presidente, eu consulto V. Exa. sobre o Ofício de 19 de novembro, do Diretor-Presidente do Senge, solicitando audiência pública sobre a proposta de lei que diz respeito às Repots, nºs 009 e 011 de 2012. Gostaria de saber se a Mesa Diretora se posicionou, uma vez que Lei Orgânica é clara e determina a esta Casa que a realize.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.^a Sofia, a Mesa não se posicionou, porque o pedido chegou posteriormente à reunião de Mesa. E V. Exa. construiu um acordo aqui, que eu presenciei e fui até incentivador desse acordo, para que, não podendo haver audiência pública, nós fizéssemos uma reunião como ocorreu entre as Comissões. Para mim, estava construído um acordo com todas as Bancadas.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Mauro, o próprio Ver. João Antonio Dib, ontem, abriu a reunião dizendo que aquela reunião seria de Vereadores e Governo; portanto, a Casa não chamou a população, não informou a reunião, não abriu a possibilidade de a população... Apesar de ontem, apesar da presença, o Ver. Dib, sendo democrata, abriu para as manifestações populares, mas a reunião não foi chamada publicamente, e as próprias entidades mantiveram a solicitação da audiência pública sobre o tema. A reunião

foi muito profícua. Nós estamos avançando sobre o tema, mas eu gostaria de insistir sobre essa determinação da Lei Orgânica de que ouçamos a população.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO (Requerimento): Eu gostaria de requerer ao Ver. Valter Nagelstein que retire a afirmação que ele fez, referente a minha fala de liderança, sobre “discursório”. Eu acho que fiz uma fala centrada, defendendo muito bem a nossa posição; portanto, peço que ele retire essa palavra, que não condiz com o nosso relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu queria convocar as senhoras e os senhores Líderes das Bancadas para comparecer à Mesa. (Pausa.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento): Sr. Presidente, nós nos aproximamos do término da Sessão Legislativa e da Legislatura, e não aconteceu, por falta de quórum, momentânea, é claro, a Ordem do Dia de hoje; então, solicito, neste momento, que haja uma convocação extraordinária para dar cumprimento à Ordem do Dia programada para hoje. Saúde e PAZ!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. João Antonio Dib, não tendo havido a construção de acordo para que possamos fazer uma Sessão Extraordinária, V. Exa. tem a prerrogativa regimental de apresentar Requerimento, como Vereador, para que possamos fazer uma Sessão Extraordinária. Seu Requerimento será votado em Plenário; sendo aprovado, faremos uma Sessão Extraordinária.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, para ajudar no encaminhamento, já que as emendas não estão prontas: poderíamos seguir na Sessão Ordinária, correndo a Pauta e as Comunicações de Líderes, o que falta ainda; depois, sim, chamaríamos uma Extraordinária, se houvesse acordo diante das emendas todas discutidas.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. MARIA CELESTE: No fim da Sessão Ordinária, se houver acordo com as emendas propostas, nós encaminharmos uma Sessão Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.^a Maria, há o Requerimento de um Vereador, vou ter de colocá-lo em votação.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Pode haver votação de Requerimento se não há quórum para votações?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Pode, sim, Ver.^a Fernanda.

(Aparte antirregimental.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não está encerrada a Sessão, a Sessão está aberta, apenas não houve quórum para ingressar na Ordem do Dia.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, fiz Requerimento para uma Sessão Extraordinária, mas não há impedimento de que, na atual Sessão, corra a Pauta e depois votemos o Requerimento para Sessão Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Se há acordo, não há problema nenhum.
Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nós estamos em discussão preliminar de Pauta e queremos já aproveitar para que o cidadão entenda que nós estamos construindo o processo de debate que precisa de várias emendas para evoluir e atender o debate realizado ontem sobre as Regiões de Potencial Tecnológico.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

Em Pauta, há um Projeto que autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgotos a desafetar e alienar imóveis de seu patrimônio. Mais uma vez, a Prefeitura indica área pública. Em alguns momentos, em algumas situações, Ver. Todeschini, nós consideramos que é razoável. Desta aqui, não tenho, no momento, o seu endereço. Eu chamo a atenção de alguns elementos que acho que ainda estão pouco cuidados pelo Poder Público em relação às suas áreas próprias que não são áreas possíveis de uma edificação ou que não são de interesse da própria Prefeitura.

Chamo a atenção, por exemplo, dos bicicletários. Nós temos dificuldade de ainda acomodar as bicicletas nos diferentes lugares da cidade de Porto Alegre. Façam a experiência de vir para o Centro, como eu tenho feito aos domingos: faço atividades no Centro de Porto Alegre de bicicleta. Por exemplo, para ir ao cinema no Santander Cultural, não há onde colocar a bicicleta no entorno. A gente tem que prender, Ver. Sebastião Melo, nas cerquinhas da Praça da Alfândega, o que não é adequado e também deixa inseguro o ciclista, porque um bicicletário tem que estar perto de um próprio público que tenha circulação, que tenha funcionários para dar uma olhada. É muito fácil levarem as bicicletas, pois ficam bastante expostas, e é bastante frágil uma única corrente. Então, nergas de terra – inclusive há um debate aqui sobre um canto ali, não é o caso deste na Av. Carlos Gomes – podem muito bem serem usadas para bicicletários, perto de próprios públicos, dependendo de onde estejam, para facilitar que as pessoas, hoje, andem de bicicleta. A cidade de Porto Alegre está, felizmente, ganhando volume de ciclistas na rua, mas ainda é extremamente perigoso. Inclusive sobre isso eu gostaria de registrar que não fui ver o novo pedaço da ciclovia, mas quem vai ao Centro para ir à Praça da Alfândega, aos teatros centrais, e para sair da Usina do Gasômetro, passando pela Câmara e seguindo não pela Perimetral, porque ela é mais larga, mas pela Av. Ipiranga ou pela Av. Protásio Alves, há muito risco, porque são duas pistas estreitas, ou seja, os carros andam em duas pistas e aí os ciclistas ficam com um espaço exíguo. Portanto, avançar na construção das ciclovias e em bicicletários para colocar bicicleta... Eu, quando estava perto da lancheria do Parque, tive que prender a bicicleta no ferro do controle da Área Azul, porque não tem onde colocar ali por perto. Então, acho que a Prefeitura deve evoluir – estamos aqui com o futuro Vice-Prefeito –, pensando em pequenos nichos para o tema dos bicicletários, com alguma segurança, com a identificação, porque aí, para todos que olham, sabem se alguém está mexendo, sabem que se trata de um bicicletário.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

Em segundo lugar, nós precisamos pensar em pequenos prédios populares no Centro, porque quanto mais nós produzirmos a segregação, empurrarmos a população pobre para a periferia, mais demandas haverá para o público; é a escola que tem que acompanhar, é o posto de saúde que tem que acompanhar, ou seja, dificulta a vida dos moradores. Então, tem que haver uma política, como a que o Governo Federal tinha, antigamente, de construção de pequenos prédios – com pequenas moradias –, miscigenados no Centro da Cidade, onde já existe infraestrutura pronta, vagas em escola. Porque o Centro da Cidade possui várias escolas, tanto para jardim quanto para Ensino Fundamental e Médio, então é aqui que temos que colocar o povo que vai precisar dessas políticas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Prezado Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, está tramitando hoje, em 1ª Sessão, um Projeto de nossa autoria, que está denominando a academia próxima da Câmara, a academia ao ar livre, localizada na Av. Edvaldo Pereira Paiva, com o nome de Lucas Gelatti Chalegre, um Professor de Educação Física, que sempre atuou nesta área de *fitness*, ex-corredor, e que veio a morrer de forma prematura, com menos de 25 anos.

Eu aproveito para fazer uma discussão com relação a essas academias ao ar livre. Quando este Vereador estava como Secretário de Meio Ambiente, nós implantamos apenas duas – e poderíamos ter implantado várias –, não implantamos mais, porque fizemos várias discussões com o Conselho Regional de Educação Física, com a Associação das Academias de Ginástica, com o Sindicato de Profissionais de Educação Física, e ficou acordado, então, que, para se implantar, deveríamos ter profissionais de Educação Física. Na oportunidade, a empresa Sinergy, que é uma empresa que hoje tem o comodato tanto da Orla do Guaíba, como da Redenção – e eles doam ao Município, em contrapartida, R\$ 1,5 milhão por ano, e, para a nossa surpresa, não sei por que a Sinergy – e vou conversar com o Eduardo, que é o Diretor da Sinergy – não está cumprindo mais, vou conversar também com o meu colega Luiz Fernando Záchia, Secretário da SMAM,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

para saber o que está ocorrendo e por que não foi implantado... Recentemente, foi implantada mais uma academia em Ipanema, e, inclusive, hoje de manhã, casualmente o Melo, o vice-Presidente e eu, às 7h30min, conversávamos sobre esse tema.

Mas nós estamos denominando, nesse local, Academia Lucas Gelatti Chalegre, conforme a Exposição de Motivos, e eu gostaria que os Vereadores pudessem trabalhar em cima disso.

O outro Projeto sobre o qual eu quero me debruçar um pouco é a questão da desafetação e alienação de imóveis do patrimônio do DMAE. Eu tenho um cuidado muito grande sobre a questão de desapropriação, desafetação de imóveis relativas ao patrimônio público. Eu entendo que todos esses imóveis desafetados pelo Poder Público deveriam ser repassados para investimentos de obras sociais – ou para creches, ou para construções, ou para entidades que tratam da criança e do adolescente –, mas com investimentos específicos para obras sociais. Este Vereador entende que ele não pode retornar simplesmente ao caixa do Poder Público. Não quer dizer que o Município não precise de dinheiro; precisa sim, mas deveria ter uma destinação específica.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte?

O SR. PROFESSOR GARCIA: Ver. Todeschini, V. Exa., que foi Diretor do DMAE, certamente tem a contribuir com este assunto.

O Sr. Carlos Todeschini: A intenção é corroborar e contribuir com o debate, porque o DMAE tem inúmeros próprios municipais, são mais de 500 terrenos que ora ele disponibiliza, porque não tem mais uso, e, muitas vezes, tem que adquirir. Como é um sistema dinâmico, que deve estar em permanente aperfeiçoamento, tem que ter vendas e aquisições de imóveis, por isso essa justificativa, porque isso também faz parte da dinâmica e da atualização da infraestrutura, do abastecimento público, do esgotamento, bem como do tratamento dos esgotos da Cidade. Portanto, não me parece que essa seja uma finalidade de uma autarquia como o DMAE, em que a questão de disponibilizar terrenos para a venda ou aquisição é uma questão de insumo também para a possibilidade de sua prática.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Eu entendo, só que deve haver essa contrapartida, Vereador, na minha posição – respeito a sua. O DMAE hoje é uma autarquia, muitos dizem que é uma segunda Prefeitura em termos de Receita, mas, recentemente, um terreno do DMAE foi transferido para o Programa Minha, Casa Minha Vida... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Só para concluir, eu quero dizer que sendo para um programa, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, há uma contrapartida social, e eu acho que a função dos órgãos públicos é realmente essa. O DMAE tem mil maneiras de gerir os seus recursos, e não é desafetando sem as contrapartidas sociais. Porque, hoje, se uma empresa monta uma infraestrutura, ela também é obrigada a fazer uma contrapartida social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, esse Projeto que o Ver. Professor Garcia enfocou na sua manifestação diz respeito à transferência, autorização, para que sejam objeto de alienação, cerca de cinco ou seis imóveis pertencentes ao DMAE, localizados nos mais diferentes pontos de Porto Alegre, entre os quais: I – um imóvel situado no bairro Glória, no quarteirão formado pelas ruas Capitão Padilha, Capistrano de Abreu e Zona não urbanizada, uma casa de madeira na rua Capitão Padilha. II – um terreno com mais de mil metros quadrados, na rua Águas Mortas. III – um terreno, lotado sob o nº 5, constituído do lote 55 da quadra 8, da Vila Ingá. IV – terreno com área de 531,19 metros quadrados, de forma quadrangular, parte de todo maior sob o nº 6.035, localizado exatamente na Av. Juca Batista. Quer dizer, Ver. Todeschini, é uma série de imóveis que provavelmente tem remanescidos, em função da utilização do todo maior, e aquela parte remanescente o DMAE quer alienar. Eu acho que, ao examinar essa matéria, nós primeiro temos que ver de que modo o DMAE conseguiu esse imóvel – se ele adquiriu, se ele comprou, se ele recebeu –, pois cada situação é uma situação! Se ele adquiriu o que lhe cabia, o excedente é ele mesmo quem tem que alienar, e deve colocar o fruto desse valor na sua atividade principal, que é a distribuição de água potável

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

para a Cidade, bem como na área do esgoto cloacal, que está sendo objeto de uma transformação muito grande, através do Pisa – e, mesmo assim, nós sabemos que Porto Alegre está muito deficiente nesse particular, assim como a maioria das cidades brasileiras. Esgotos são coisas que normalmente os administradores não gostam de tratar porque fica escondido, fica abaixo do chão, e tudo que está escondido, que não é enxergado, não dá fita, não dá inauguração, complica o negócio.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte?

O SR. REGINALDO PUJOL: V. Exa. vai me honrar com o seu aparte.

O Sr. Carlos Todeschini: Presidente, Ver. Pujol, para corroborar com o debate mesmo, conforme eu fiz um aparte à manifestação do Vereador Professor Garcia, que esteve na tribuna, são terrenos que têm as mais diversas origens e naturezas. Há desmembramentos, há sobra de um todo maior, há aquisições em que depois os projetos foram modificados; há desativações de áreas, casas de bombas, enfim, tudo que é tipo de uso ou não uso que o DMAE tanto tem que adquirir como vender, porque são áreas que estarão disponíveis para invasões, ocupações ou outras coisas. Também para corroborar com o que o senhor falou, de que enterrar esgotos não são obras visíveis, estive toda a manhã na Lomba do Pinheiro identificando fortes e graves problemas de falta de manutenção das obras que já fazem parte do Pisa; estão sem manutenção e transbordando para dentro do manancial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Agradeço a V. Exa., que, em grande parte, reforça o meu pronunciamento, na medida em que confessa o que é indiscutível, basta a simples leitura para se verificar que se tratam de áreas diversas com origens diversas também no seu acervo do patrimônio. É claro que V. Exa., inteligente como é, aproveitou para dar uma fustigada no Executivo em um assunto que não tem nada a ver com o que estamos discutindo aqui; então V. Exa. faz uma conexão genérica de que, lá na Lomba do Pinheiro, tem área onde o Pisa não está funcionando bem. Ora, o Pisa não terminou ainda; só se poderá admitir se vai funcionar bem ou não depois que estiver em funcionamento. Mas acolho o aparte de V. Exa. e concluo dizendo que, por todas as

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

razões trazidas aqui pelo Ver. Garcia e pelo Ver. Todeschini, e que nós estamos a acentuar, este é um Projeto que na sua tramitação deve ser bem examinado, até para verificar se realmente essas áreas que o DMAE está alienando não são áreas com potencial de amanhã tornarem-se necessárias para o órgão. Senão, como diria o Ver. João Dib quando era oposição na Casa, a Prefeitura era uma imobiliária que comprava e vendia imóvel. Acho que não é esse objetivo do DMAE, como também, há de concordar, se são inadequadas com a sua... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, este debate que temos feito aqui sobre a venda de patrimônio público não é novo, e também a nossa posição e a nossa opinião aqui não são novas. Venho, novamente, ratificar a nossa posição de sermos contrários a que o DMAE venda essas áreas públicas, porque o DMAE não é uma autarquia que não faça parte da estrutura da Prefeitura, e a Prefeitura hoje tem carência de áreas para habitação, e inclusive diga-se mais: tem perdido recurso público na área da Habitação por não possuir terrenos. Nós temos áreas apresentadas aqui neste Projeto para que possam ser vendidas, e todas elas estão localizadas em áreas já urbanizadas, onde tem infraestrutura, onde tem água, onde tem luz, onde tem esgoto, onde tem escolas e onde tem transporte público. Como é que esta Câmara aceita essa posição da Prefeitura Municipal, que já vendeu diversas áreas e que não aproveita essas áreas para os projetos habitacionais? Nós temos, em Porto Alegre, 70 mil famílias que não têm onde morar; 70 mil famílias que ganham de zero a três salários mínimos. E há hoje o projeto Minha Casa, Minha Vida, que tem dinheiro, e uma das dificuldades de Porto Alegre é conseguir áreas. Eu vejo, aqui, os moradores lá da Zona Norte; tem uma área lá na Zona Norte, na Av. Baltazar de Oliveira Garcia, esquina com a Rua Engenheiro João Luderitz, que é um terreno de 440 metros quadrados. Será que um terreno de 440 metros quadrados, lá na Av. Baltazar não dá para abrigar um prédio de habitação popular para cinco ou dez famílias? Claro que dá! E a venda não é só dessa área, é uma na Av. Baltazar, outra no

pág. 14

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

bairro Glória, na Rua Capitão Padilha, outra área medindo 1.180 metros quadrados, na Rua Águas Mortas; outra na Rua Dezidério Severino, uma área também em condições de ser urbanizada, outro terreno com 531 metros quadrados na Rua Maria Cândida Flores... É um conjunto de áreas que, somadas, poderemos alocar... Os meus colegas da CUTHAB recebem diariamente as comunidades que estão com ação de despejo por não terem para onde ir, e o Município é carente na política habitacional.

O Ver. Dr. Goulart, que acabou de deixar o DEMHAB, está sempre reclamando que não consegue áreas para fazer habitação em Porto Alegre, porque os terrenos são caros. Portanto, esse caixa é público, essas áreas são da Prefeitura. Venho reiterar que votarei contrariamente a esse Projeto, pois essas áreas têm de ser destinadas para Habitação de Interesse Social na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: É facultado ao Vereador fazer defesas, justificativas e até mesmo críticas dos projetos em Pauta. Evidentemente, eu não farei críticas, mas observações acerca da competência de propor projetos – objetivamente, estou falando do Projeto de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. Ele não se inscreveu em Pauta, mas, se ele quiser, lhe darei aparte. O Projeto do Vereador, PLL nº 143/12, diz o seguinte: "...autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial para a constituição do Fundo de Apoio ao Cooperativismo". Eu não sabia que se poderia propor Projeto de iniciativa legislativa autorizando o Executivo. Isso é uma descoberta! Porque, se nós tivéssemos essa competência... Vejam quanto tempo eu perdi nesta Casa! Eu teria autorizado o Vereador, quando Secretário, a tomar outras providências na sua Secretaria, mas não o fiz, porque imaginei que não tivesse competência para isso.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Acho que V. Exa. toca num ponto que é importante. Nós fizemos uma reforma na Casa que banuiu o projeto autorizativo. Então, o que V. Exa. está lendo é um projeto autorizativo. Gostaria de

ver o Parecer da Procuradoria da Câmara e por que o Parecer permitiu que um projeto autorizativo prosperasse.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Na verdade, a Procuradoria já deu seu Parecer, apontando óbice de natureza jurídica à tramitação da matéria. Mas o que me chama a atenção, Vereador, é que, com o passar dos dias, nós vamos aprendendo aqui nesta Casa, e nós temos que ter esse cuidado, é por isso que faço este apontamento. Nós não podemos usar do nosso poder para propor projetos sem finalidade, sem objetivo, sem condições de serem aprovados, porque se fosse permitido projeto com essa qualidade, com essa qualificação, com essa condição técnica, com essa natureza, meu Deus do céu, nós, Parlamentares, teríamos resolvido praticamente os grandes problemas desta Cidade. Então, eu chamo atenção do Ver. Márcio, componente da CCJ, porque fica muito bonito protocolarmos projetos dizendo que o agora será possível, que o Executivo está incentivando, que as cooperativas de crédito estão sendo autorizadas, quando não se têm condições para propor. Nós estamos saindo de uma campanha, e é claro que eu, conhecendo o Vereador, quero fazer a defesa: ele não deve ter prometido isto, em hipótese alguma. Não, não é isso. É por isso que eu gostaria que se desse um tempo, para que se fizessem essas colocações, mas, se ele não fizer, eu faço, para os Vereadores que estão aqui não pensarem isso. O Vereador tecnicamente se confundiu. Ocorre que, na sua confusão, nós perdemos tempo nesta Casa com muitos projetos, porque, muitas vezes, nós discutimos o mérito e não chegamos a um acordo. O próprio Ver. Márcio votou contra o meu Projeto que queria mudar o vencimento do IPTU, mas é uma questão de mérito. Agora, aqui, desculpe-me, Vereador, nós precisamos olhar melhor o nosso Regimento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo.

Aproveito para convidar os Vereadores que estão nos gabinetes para virem ao plenário, porque há um acordo para fazermos uma Sessão Extraordinária.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, quando eu estava passando para vir para a tribuna, a Ver.^a Sofia pediu: “Hoje não!” Eu já entendi. Até nem temos muito assunto, Vereadora. Vamos falar de alguns assuntos nossos aqui, da companheirada, do pessoal que não cuida muito bem da poluição visual.

Eu conversei com o Secretário do Meio Ambiente e com o Secretário da Cultura do Município, da nossa Administração – dois bravos Secretários –, e pedi que me explicassem como alguns *outdoors* foram parar no meio das praças de Porto Alegre. Um *outdoor* na praça da Encol, outro *outdoor* ali no Parcão, no Colégio Uruguai; outro *outdoor* não sei onde. Fui saber o que é isso, afinal! E a maior propaganda não é para a cultura de Porto Alegre; a maior propaganda é para aquela empresa LZ, que se acha a dona da Cidade e mete *outdoor* em tudo quanto é lugar. Em tudo quanto é lugar, principalmente onde não deve!

Então, eu queria fazer um apelo ao Prefeito, já que os dois Secretários, o Záchia e o Sergius Gonzaga, disseram que foi um processo coletivo. Eu sei que eles tiveram boa intenção, mas a empresa não! A empresa teve má-fé, porque a empresa sabe que há um projeto na Casa, que é de minha autoria, que é para acabar com os *outdoors*, mas não daqueles caras sérios que fazem as coisas bem feitas, é para acabar com a picaretagem, principalmente da LZ! Essa empresa está picareteando a Cidade, colocando *outdoor* onde não deve, muitas vezes em locais que não pertencem a ela, mas pertencem ao povo de Porto Alegre, nas nesgas que sobram da Perimetral, em locais inapropriados – e são muitos, é um exagero! E o Ministério Público também está tomando conta disso, mas até o Ministério Público não tomar conta disso, eu quero saber por quê? E eu acho que o Prefeito não sabe disso, e se ele não está sabendo, eu vou comunicá-lo, pois colocaram *outdoor* nas praças, numa verdadeira retaliação a este Vereador, que fez uma Lei para organizar essa confusão, essa bagunça, essa “casa de Irene” em que se tornaram os locais com os *outdoors* em Porto Alegre... Esse assunto é muito sério, porque, quando se começa a fazer um Projeto aqui... Se fazemos um Projeto para evitar a concessão de alvará para empresas que alugam cães em Porto Alegre, aí já aparece uma empresa simpática, fazendo alguma coisa para a proteção dos animais. Quando se faz alguma coisa para regularizar esse negócio dos *outdoors*, que é um negócio... Eu não sou contra nenhum negócio, mas que seja limpo, porque o que está acontecendo hoje, com esses *outdoors* nas praças, não é; isso é uma sacanagem, devem ser tomadas providências

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

antes do Ministério Público mesmo, porque, senão, eu vou começar a fazer plantão na frente desses *outdoors*, vou chamar atenção para essa barbaridade! Eu queria pedir apoio do Prefeito, para o Secretário Záchia e para o Secretário Sergius Gonzaga, para que eles tenham força de retirar essa vergonhosa invasão da LZ nas praças e parques de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, pedi licença para o meu Líder, DJ Cassiá, que vai ser meu Líder para sempre; Ver. Goulart; e o nosso Senador – ninguém tem tanta oportunidade de ter um Senador na Bancada como nós temos com o Elói Guimarães.

Realmente, Ver. Cecchim, as coisas acontecem. Eu não sei por que o Ministério Público gosta de se meter em tudo que não deve. Ver. Bernardino Vendruscolo, por que ele não se mete lá onde há problema, onde não dá mídia, onde ele tem que se meter? Por quê? Por que ele não vai lá vila, onde tem problema, onde os caras erguem três, quatro andares, e ele não fiscaliza também, meu amigo? E, agora, de uma hora para outra, Ver. Todeschini, e o senhor sabe que é verdade, eu não estou mentindo, mas pouca gente tem coragem de dizer que ele se mete, e eu digo que ele se mete em tudo o que não deve se meter. Porque é uma coisa: quando tem uma Secretaria que fiscaliza, quando tem uma Secretaria de Obras, quando tem os órgãos competentes... Eu não acredito que o Ministério Público tenha engenheiro e tenha tudo para fiscalizar e dizer que aquilo está correto. Eu duvido, porque por mais que eu tenha respeito ao querido Promotor Sbardelotto, ele também deveria ver bem que estava agendada para hoje e sexta-feira a vistoria lá na Arena. E também ontem foi feita uma vistoria do DMAE, e hoje está sendo concluída mais uma vez. Então, quero dizer aos senhores que, claro, ver. Adeli, a gente grita por a gente se emociona e gosta. Mas eu não acredito nas coisas que acontecem nesta Cidade; há tantas coisas erradas! Eu quero dizer aos senhores que, com certeza absoluta, quando houver um problema na Cidade – aquele problema pequeno –, que não dá na mídia, quero chamá-los para irem lá fiscalizar. Quando um cidadão é perturbado na

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

sua moradia, no seu bairro, eu também quero chamá-los, já que gostam. Acham que o poder é todo deles, que não é nosso, que ninguém tem nada a ver.

Então, quero dizer, Ver. Nelcir Tessaro, V. Exa. sabe, teve problema também no Internacional com o mesmo cidadão. Eu entendo o bom andar da Cidade, e a preocupação que esse cidadão tem pela Cidade. Mas uma coisa, aqui no Grêmio: uma obra feita há 50 anos anda, automaticamente, igual, Ver. Elói Guimarães, totalmente igual. E, de uma hora para outra, uma obra da grandeza, com tecnologia avançada, com tudo, não pode! Não pode! Mais ainda, Ver. Todeschini, querem tirar a maior festa já vista no Rio Grande, que é a avalanche do Grêmio, mostrada em todos os canais de televisão quando vão comemorar um gol, já é tradição. Por que agora não pode lá? Por quê? Num estádio que tem 50 anos de uso, e ainda tentam dizer que desta vez não pode. O que acontece? É política? Ou é nesta Cidade e no Rio Grande que nada se pode fazer? Nada pode fazer! As coisas acontecem, e todo mundo gosta de mandar gente ir embora. Mandaram a Ford, mandaram mais gente; daqui a pouco, a OAS vai pegar a mala dela e vai embora, porque há muita incomodação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Nobre Vereador-Presidente, o Ver. Dr. Goulart e eu estamos comunicando à Mesa e à Casa que a nova Vice-Liderança do Governo é o Ver. Sebastião Melo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito bem.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não poderia, Ver. Brasinha, deixar de vir a esta tribuna. Não me lembro de, outras vezes, ter contestado um discurso seu, mas, desta feita, sou obrigado. O senhor diz que o Ministério Público se mete em tudo. Eu quero lhe dizer o seguinte: se fosse verdadeira a sua premissa, o Ministério Público... E V. Exa. aproveita para citar que o Ministério Público deveria ir lá nas vilas e aquele negócio todo. Olha, se o Ministério Público visitasse as vilas ou se tivesse visitado as vilas durante esse período eleitoral – vou ser sincero –, nós não teríamos visto o que nós, que passamos por um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

pleito, vimos. V. Exas. são testemunhas disso. Então, não é bem assim! O Ministério Público não se mete em tudo. Se ele se metesse em tudo, ou se fosse proativo... O Ministério Público age, na grande maioria das vezes, pelo que me consta, por provocação. Mas, se tivesse condições ou se agisse por deliberação própria, com certeza absoluta, a nossa vida, o nosso tempo, durante aquele período de campanha, não teria sido tão sacrificante. Então, V. Exa está equivocado nesse sentido, até porque, Ver. Alceu Brasinha, claro, nós não estamos falando aqui das fábricas de asfalto, porque tem fábrica de asfalto aqui na Cidade.

Eu vou lhe trazer um outro exemplo: se o Ministério Público fosse, conforme V. Exa. disse, já teria se pronunciado a esse respeito (Mostra fotografia.): há 50 anos esse prédio está inacabado no Centro da Cidade, no Centro Histórico. Cinquenta anos aguardando! Isso é uma bomba no coração da Cidade! Olhem outro caso. (Mostra fotografia.) Depois de denúncia que fizemos, no ano passado, a SMOV fez uma revoada mostrando que iria dar uma solução para o assunto. Fizeram o estaqueamento, e esse prédio na Marechal Floriano com a Riachuelo está lá, aguardando. Tomara que não haja um desastre!

Então, eu quero contestá-lo. V. Exa. está equivocado quando diz que o Ministério Público se mete em tudo. Eu até gostaria, sabe? Porque muita coisa que nós estamos vendo, e vimos, com certeza, não teríamos visto, especialmente quem concorreu. Então, não é bem assim. Nós sabíamos que, ao longo de riachos, de córregos, não se podia colocar placas, cavaletes com publicidade de candidatos, e muitos colocaram. E nada foi feito. Uma vez ou outra houve alguns recolhimentos. Então, não é bem assim. Mas eu gostaria muito que o Ministério Público se metesse, se envolvesse mais com isso, porque, com certeza, iria fazer bem a todos aqueles que procuram trabalhar com seriedade – e trabalharam. Tem uns que aparecem só em período eleitoral. Então, realmente, esses não vêm ao caso, são os candidatos “copa do mundo”, aparecem de quatro em quatro anos. E há muitos! Alguns colocam verdadeiros regimentos trabalhando na boca da urna, o que é proibido! Todos nós sabemos que é proibido, e em todas as eleições isso acontece. Há distribuição de toneladas de santinhos próximo aos locais de votação. Acontece, e é proibido. Então, não é bem assim, Vereador. Talvez o Ministério Público, um dia, tenha mais condições técnicas de ser mais propositivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, eu quero fazer um registro e um elogio: finalmente, a tão sonhada nomeação dos funcionários concursados ocorreu, a primeira parte, no dia de hoje, no Diário Oficial. Eu acho que essa é uma conquista, fundamentalmente, Presidente, dos nossos trabalhadores da Casa; eles mostraram a necessidade, os nossos funcionários, os chefes do setor de Recursos Humanos, a DL. E, veja: é muito importante essa providência que V. Exa. hoje concretiza, porque a Casa está com muitas dificuldades, em vários setores, para funcionar e responder às demandas da sociedade. Então, eu quero parabenizar V. Exa., mas, em especial, a representação que está aqui, dos funcionários nomeados, que estão muito felizes pela conquista. E quero dizer a V. Exa. que a nossa expectativa é de que os 11 que faltam, para preencher as vagas abertas, sejam nomeados na sequência, porque eu acho que a Casa começa com outra condição, no ano que vem, para dar conta do volume de trabalho. Lembra-me o Ver. Carlos Todeschini que foi uma conquista da Mesa. É verdade, Todeschini, há uma grande preocupação da Mesa com os recursos financeiros, com a previsão do ano que vem. Nós, certamente, na semana que vem, na votação do Orçamento, garantiremos orçamento para termos um funcionalismo público qualificado e bem remunerado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Feito o registro, Ver.^a Sofia. Quero dividir com a Mesa Diretora que nós temos feito um grande esforço orçamentário para atender a todas as demandas da Casa. Evidente que não é um esforço pessoal do Presidente, mas um esforço coletivo: do meu Vice-Presidente, o Ver. Haroldo de Souza; da 2^a Vice-Presidente, a Ver.^a Fernanda; do Ver. Carlos Todeschini; do Ver. Nedel e do Ver. Aírto Ferronato – todos têm sido, realmente, Vereadores extremamente dispostos a enfrentar os desafios e as demandas estruturais que nós temos aqui na nossa Casa. Fizemos o que foi possível neste mandato, que não se encerrou ainda, e, se houver entendimento dos Vereadores, evidentemente, haverá necessidade de um orçamento para que possamos suportar as novas demandas.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, acabei de receber um informe aqui, mas, de qualquer forma, como Líder da Bancada, fui procurado pelo nosso Setor de Vigilância a respeito do tema da vigilância da Casa, e, como o senhor está tratando disso, minha sugestão é de que pudéssemos fazer uma reunião com V. Exa. e Lideranças e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Sessão Ordinária 28NOV2012

receber os responsáveis pelo tema, para que pudéssemos tratar do assunto e prestar as informações devidas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Engenheiro Comassetto, está registrada a sua posição. Nós já fizemos os devidos encaminhamentos; já fizemos aviso ao Tribunal de Contas, amanhã irei receber os vigilantes. Nós ainda estamos pedindo ao Tribunal de Contas que nos dê mais tempo para tratar da matéria, mas há uma determinação do Tribunal de Contas, e isso tem que ser levado em conta. A Mesa Diretora, com certeza, está tratando desse assunto com prioridade e com a dedicação que merece o assunto. Muito obrigado pelo seu registro.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h42min.)